

# COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES

CNPJ/MF nº 02.677.174/0001-19 - NIRE Nº 3330026078-1

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, publicamos as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Agradecimentos: Agradecemos o apoio de nossos clientes, fornecedores e acionistas, bem como expressamos

nosso reconhecimento aos funcionários e colaboradores da companhia, dedicados e comprometidos com os nossos objetivos.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2016  
Vitoria Ferreira Damião/João Carlos Moreira - Diretores

### BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
<b>CIRCULANTE</b>											
Disponibilidades	5	17	743	825	2.070	Fornecedores	9	9	17	21	
Contas a receber		207	187	207	187	Adiantamento diversos		1.624	1.359	1.624	676
Devedores por alienação de ativos	7	314	339	314	339	Empréstimos e financiamentos		-	3.969	-	3.969
Pagamentos de despesas a ressarcir	8	573	245	573	245	Debêntures	14	15.701	20.224	15.701	20.224
Adiantamentos a fornecedores		58	1.069	58	1.069	Impostos e contribuições a recolher	12	11.154	8.467	11.154	8.467
Impostos a recuperar	6	600	738	948	1.083	Imposto de renda diferido		8.902	8.902	8.902	8.902
Créditos diversos		386	628	386	628	Direitos de cessão a apropriar	15	23.832	23.832	42.778	45.337
		<b>2.155</b>	<b>3.949</b>	<b>3.311</b>	<b>5.621</b>			<b>61.222</b>	<b>66.762</b>	<b>80.176</b>	<b>87.596</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Débitos de pessoas ligadas		36.837	44.717	11.665	19.545	Créditos de pessoas ligadas e acionistas		6.661	4.941	6.661	4.941
Outras contas a receber		-	-	3.797	-	Cretores por compra de ativo	13	37.549	35.330	37.549	35.330
Depósitos judiciais e retenções		49	756	39.261	38.561	Imposto de renda diferido		194.713	203.554	194.713	203.554
Investimentos	10	1.001	1.001	1	1	Direitos de cessão a apropriar	15	269.502	293.334	287.514	326.360
Intangível	11	140.397	140.397	140.397	140.397			<b>508.425</b>	<b>537.159</b>	<b>526.437</b>	<b>570.185</b>
Imobilizado	9	725.941	753.415	725.941	753.415	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
		<b>904.225</b>	<b>940.286</b>	<b>921.062</b>	<b>951.919</b>	Capital	16	2.637	2.637	2.637	2.637
		<b>906.380</b>	<b>944.235</b>	<b>924.373</b>	<b>957.540</b>	Ajuste de avaliação patrimonial	16	376.753	393.912	376.753	393.912
						Prejuízos acumulados		(42.657)	(56.235)	(61.630)	(96.790)
								<b>336.733</b>	<b>340.314</b>	<b>317.760</b>	<b>299.759</b>
								<b>906.380</b>	<b>944.235</b>	<b>924.373</b>	<b>957.540</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.637</b>	<b>411.071</b>	<b>(68.094)</b>	<b>345.614</b>
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(17.159)	17.159	-
Realização Imposto de renda diferido			8.839	8.839
Prejuízo do exercício			(14.139)	(14.139)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.637</b>	<b>393.912</b>	<b>(56.235)</b>	<b>340.314</b>
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(17.159)	17.159	-
Realização Imposto de renda diferido			8.840	8.840
Prejuízo do exercício			(12.421)	(12.421)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.637</b>	<b>376.753</b>	<b>(42.657)</b>	<b>336.733</b>
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>Capital social</b>	<b>Ajuste patrimonial</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.637</b>	<b>411.071</b>	<b>(136.904)</b>	<b>276.804</b>
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(17.159)	17.159	-
Realização Imposto de renda diferido			8.840	8.840
Lucro do exercício			14.115	14.115
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.637</b>	<b>393.912</b>	<b>(96.790)</b>	<b>299.759</b>
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(17.159)	17.159	-
Realização Imposto de renda diferido			8.840	8.840
Lucro do exercício			9.161	9.161
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.637</b>	<b>376.753</b>	<b>(61.630)</b>	<b>317.760</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

#### 1. Contexto Operacional

A Companhia Brasileira de Diques – CBD, constituída em 14 de agosto de 1998, tem por objeto social principal a administração de imóveis próprios e a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, de quaisquer atividades, como sócia acionista ou quotista.

Arrendamento de área e cessão de direitos de superfície

(i) Em junho de 2010, a Companhia firmou contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e sua subsidiária Petrobras Netherlands B.V. arrendando para estas sociedades uma área com cerca de 321.000 m² e respectivas benfeitorias e infra estruturas nela realizadas pelo prazo de 20 anos, renováveis por mais 10 anos a critério dos arrendatários.

Operando no local sob a denominação de Estaleiro Inhaúma, as arrendatárias vêm realizando investimentos em reformas e construções de novas benfeitorias na área, inicialmente orçadas em R\$ 463 milhões de reais.

(ii) Em junho de 2013, a Companhia cedeu o direito real de superfície da área arrendada para a Petrobras para a GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, instituída administradora e proprietária fiduciária dos ativos que compunham o patrimônio do Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII naquela data, pelo prazo de 12 anos e dez meses e pelo valor original de R\$ 300 milhões. O montante total final recebido pela Companhia nos meses de agosto e setembro de 2013 totalizou R\$ 305,8 milhões.

O valor total do crédito imobiliário representado pelo montante dos aluguéis a serem recebidos da Petrobras pelo Inhaúma Fundo Imobiliário no prazo desta cessão de direitos foi posteriormente cedido a RB Capital Companhia de Securitização, pelo valor de R\$ 483,6 milhões. Em garantia dos créditos cedidos pelo Fundo, a Companhia concedeu hipoteca em primeiro grau da totalidade da área de sua propriedade à RB Capital.

Em dezembro de 2013 os acionistas da Companhia aprovaram a extensão da cessão do direito real de superfície acima descrito por um prazo adicional de 5 anos, a findar em agosto de 2031, pelo valor de R\$ 70 milhões. Parte do valor atribuído a essa extensão já foi liquidado pela cessionária e o montante remanescente (R\$ 25.172 mil em 31 de dezembro de 2016) deverá ser liquidado a partir de 2026.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de dezembro de 2014, os quotistas deliberaram pela troca do administrador do Fundo, sendo designada para a função a INTRANDER DTVM Ltda. A substituição foi efetivada a partir de 22 de dezembro de 2014.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração da Companhia em 31 de maio de 2017.

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações contábeis da Companhia e do Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário, o qual a Companhia é a única cotista.

O valor do investimento da Companhia no Fundo é demonstrado pelo valor das cotas integralizadas e os rendimentos são reconhecidos por ocasião da sua distribuição pelo Fundo. A legislação instituidora e reguladora dos fundos imobiliários prevê a distribuição pelo Fundo de dividendos mínimos semestrais equivalentes a 95% do resultado apurado com base no regime de caixa.

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pela NBC TG 36, dos quais destacamos os seguintes: a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre a cotista e o Fundo; b) eliminação das receitas e das despesas originadas por transações entre a cotista e o Fundo; e, c) Eliminação do valor do investimento realizado pela cotista no Fundo.

**a) Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

**b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações estão apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

**c) Ativos e Passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Sumário das Principais Práticas Contábeis

**a) Apuração do resultado:**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

A receita de arrendamento de imóvel é reconhecida no resultado mensal, observando o correspondente Instrumento Contratual. A receita decorrente da cessão dos direitos de superfície de área recebida antecipadamente é apropriada linearmente ao resultado tendo por base o prazo estabelecido para esta cessão.

**b) Estimativas contábeis:**

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações; análise do risco de crédito para determinação da estimativa da perda por créditos de liquidação duvidosa; assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**c) Instrumentos financeiros:**

**Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com controladas e coligadas e outros recebíveis.

#### Recebeíveis

Recebeíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis da Companhia abrangem clientes e outros créditos originados das operações.

**Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são registrados inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, contas garantidas, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2016 e 2015.

**d) Disponibilidades e equivalentes:**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na liquidação das obrigações de curto prazo.

**e) Aluguéis e direitos de cessão a apropriar:**

A receita de aluguel recebida antecipadamente em razão da cessão de créditos imobiliários (Nota 1.b), é reconhecida mensalmente e linearmente no resultado tendo por base o prazo dessa cessão.

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):

- Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.
- São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**f) Créditos e débitos com pessoas ligadas:**

As transações com partes relacionadas decorrem de operações financeiras que a Companhia e as empresas ligadas mantem para a melhor gestão de fluxo de caixa.

**g) Imobilizado:**

**Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, combinado com aplicação em 2010 do Custo Atribuído (*Deemed Cost*). A depreciação foi, a partir do ano de 2010, calculada com taxas mencionadas na nota 10, as quais foram estimadas com base em estudos de especialistas e ajustadas para atendimentos às normas estabelecidas pela legislação societária brasileira.

A adoção do Custo Atribuído (*Deemed Cost*), mencionado na nota 10, foi baseada na Resolução CFC nº 1.255/09 – NBCTG 1000 (NBC T 19.41) e a Resolução CFC nº 1.263/09 – ITG 10. Os ajustes tomaram por base laudo de empresa especializada independente que avaliou o valor de mercado, a vida útil remanescente, bem como seu valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**Intangível**

Ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida, adquiridos separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada das perdas no valor recuperável, quando aplicável.

**h) Empréstimos:**

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo dos recursos recebidos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata tempore").

**i) Provisões**

Uma provisão é registrada, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando necessárias, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

**j) Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando existentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

**k) Ativos e passivos contingentes:**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando relevantes, são apenas divulgados em nota explicativa; e (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

**l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:**

Para a apuração do imposto de renda e da contribuição social a companhia adota o regime do lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados sobre o lucro tributável com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável presumido apurado para o trimestre excedente a R\$ 60 mil, para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Foram constituídos passivos fiscais diferidos de imposto de renda e

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita bruta de aluguéis e arrendamento		26.197	26.072	56.652	57.831
Impostos e contribuições		(956)	(952)	(956)	(952)
		<b>25.241</b>	<b>25.120</b>	<b>55.696</b>	<b>56.879</b>
Despesas administrativas			(1.416)	(5.696)	(2.094)
Impostos sobre a propriedade e taxas diversas		(271)	(69)	(271)	(69)
Depreciação e amortização	(27.474)	(28.650)	(27.474)	(28.650)	
Reversão de provisões			1.626		1.626
Receitas financeiras		206	45	241	5.642
Despesas financeiras	17	(4.477)	(7.957)	(12.937)	(16.381)
Outras despesas		(659)		(659)	
		<b>(34.813)</b>	<b>(36.421)</b>	<b>(43.686)</b>	<b>(39.926)</b>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			(9.572)	(11.301)	12.010
Imposto de renda e contribuição social diferidos					16.953
Imposto de renda e contribuição social			(2.849)	(2.838)	(2.849)
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>			<b>(12.421)</b>	<b>(14.139)</b>	<b>9.161</b>
Prejuízo por ação do capital social			(21.38)	(24.34)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Lucro (Prejuízo) do Exercício		(12.421)	(14.139)	9.161	14.115
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>(12.421)</b>	<b>(14.139)</b>	<b>9.161</b>	<b>14.115</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
Lucro / Prejuízo do exercício	(12.421)	(14.139)	9.161	14.115
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	27.474	28.650	27.474	52.027
Apropriação de direitos creditórios	(23.832)	(23.832)	(49.863)	(78.968)
Encargos financeiros apropriados	-	-	8.460	8.424
	<b>(8.779)</b>	<b>(9.321)</b>	<b>(4.768)</b>	<b>(4.402)</b>
<b>(Acréscimo) decréscimo de ativos</b>				
Contas a receber	(20)	16	(20)	16
Créditos de impostos	25	3.013	-	2.817
Devedores por alienação de ativos	-	661	26	661
Créditos com empresas ligadas	7.880	8.561	7.880	(13.439)
Adiantamentos a fornecedores	1.011	(506)	1.011	(506)
Outras contas a receber	52	1.456	50	1.456
Depósitos judiciais e retenções	707	1.276	(700)	(2.657)
<b>Acréscimo (decréscimo) de passivos</b>				
Fornecedores	-	-	(4)	6
Impostos e contribuições a recolher	2.687	(913)	2.687	(913)
Débitos com empresas ligadas e acionistas	1.720	-	1.720	-
Outras contas a pagar	265	601	(2.800)	(115)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>5.548</b>	<b>14.165</b>	<b>5.082</b>	<b>(17.076)</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Adições de imobilizado	-	(232)	-	(232)
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(232)</b>		

# COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES

CNPJ/MF nº 02.677.174/0001-19 - NIRE Nº 3330026078-1

O valor do intangível, decorrente do processo de incorporação da sociedade controladora GFS Premium Administração e Participações S.A. ocorrido no exercício de 2011, tem sua origem em ágio apurado pela GFS na aquisição da Companhia Brasileira de Diques junto à parte independente. Tal ágio foi fundamentado à época na expectativa de rentabilidade futura e, em consonância com a NBC TG 1000 (NBC T 19.41), NBC T 19.10, item 107 e NBC T 19.18, itens 49 e 50 vigentes desde 1º de janeiro de 2009, não está sendo amortizado. Esse intangível está sujeito à análise anual de recuperação efetuada pela Administração que não identificou a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável, visto que o valor estimado de realização excede o seu valor líquido contábil na data da avaliação.

## 12. Impostos e Contribuições a Recolher - Controladora e Consolidado

	2016	2015
IRPJ a recolher	5.733	3.647
CSLL a recolher	2.129	1.368
COFINS	2.758	2.704
PIS	505	607
Impostos e contribuições retidos	29	141
	<b>11.154</b>	<b>8.467</b>

## 13. Credores por Compra de Ativo – Controladora e Consolidado

Corresponde ao saldo do valor do complemento do preço de aquisição das ações da CBD, estabelecido por acordo entre a companhia e a alienante (IVESA) que deverá ser liquidada em seis parcelas mensais e consecutivas, vencíveis a partir de março de 2026 atualizadas pela variação verificada no IPCA.

## 14. Debêntures – Controladora e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2016, corresponde ao saldo de 7.914 títulos (em 2015, 11.248 títulos) remanescentes da emissão de 37.984 debêntures, de série única, não conversíveis em ações, sujeitas a atualização monetária com base na variação do CDI, sem prazo para liquidação.

## 15. Direitos de Cessão a Apropriar – Controladora e Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Direitos de cessão a apropriar	293.334	317.166	330.292	371.697
(-) Parcela do circulante	23.832	23.832	42.778	45.337
Parcela do não circulante	<b>269.502</b>	<b>293.334</b>	<b>287.514</b>	<b>326.360</b>

Corresponde ao saldo do valor atribuído à cessão dos direitos de superfície ao Inhaúma Fundo de Investimentos (Nota1) que está sendo apropriado ao resultado, em conta de Receita de aluguéis e arrendamentos, à razão de 1/154 mês.

No Consolidado, corresponde ao valor da cessão de Cédulas de Crédito Imobiliário pelo Inhaúma Fundo de Investimentos a RB Capital Companhia de Securitização, pelo valor de R\$ 483,6 milhões (Nota1b) que está sendo apropriado ao resultado, à razão de 1/153 mês.

## 16. Patrimônio Líquido – Controladora e Consolidado

Capital social: O capital social de R\$ 2.636.949, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 581.000 ações ordinárias.

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no país e no exterior,

está distribuído da seguinte forma:

	Ações	%
Domiciliados no país	364.358	62,72%
Domiciliados no exterior	216.642	37,29%
	<b>581.000</b>	<b>100%</b>

Ajuste avaliação patrimonial: refere-se aos efeitos do ajuste do custo atribuído (*Deemed Cost*) dos itens do ativo imobilizado registrado no exercício de 2010 (Nota 3 item g), deduzido da provisão de imposto de renda diferido (Nota 9). À medida que os bens objeto de atribuição de novo valor são depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores são, simultaneamente, transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

## 17. Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Juros sobre empréstimos e tributos	(2.031)	(5.272)	(10.491)	(13.699)
Comissões e despesas bancárias	(6)	(9)	(6)	(6)
Variação cambial	(922)	-	(922)	-
Juros e encargos s/ Debêntures	<b>(1.518)</b>	<b>(2.676)</b>	<b>(1.518)</b>	<b>(2.676)</b>
	<b>(4.477)</b>	<b>(7.957)</b>	<b>(12.937)</b>	<b>(16.381)</b>

As demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas completas e do Parecer dos Auditores Independentes estão à disposição dos interessados na sede da Companhia